

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00752/2020)**

**DEVEDOR**

<b>Ente Federativo/UF:</b>	Itacuruba/PE	<b>CNPJ:</b>	10.114.502/0001-05
<b>Endereço:</b>	Avenida Patriarca Anibal Alves Cantarelli		
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>CEP:</b>	56430-000
<b>Telefone:</b>	(087) 3893-1144	<b>Fax:</b>	
<b>E-mail:</b>	prefeituraitacuruba@gmail.com		
<b>Representante</b>	BERNARDO DE MOURA FERRAZ		
<b>CPF:</b>	066.569.204-89		
<b>Cargo:</b>	Prefeito	<b>Complemento:</b>	
<b>E-mail:</b>	bernardomouraferraz@hotmail.com	<b>Data início da</b>	01/01/2017

**CREDOR**

<b>Unidade Gestora:</b>	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba	<b>CNPJ:</b>	12.127.391/0001-99
<b>Endereço:</b>	Av Patriarca Anibal Alves Cantarelli		
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>CEP:</b>	56430-000
<b>Telefone:</b>	8198144-9339	<b>Fax:</b>	
<b>E-mail:</b>	rpps@itacurubaprev.pe.gov.br		
<b>Representante</b>	ANDREZA FERREIRA BORBA CANTARELLI		
<b>CPF:</b>	024.838.704-90		
<b>Cargo:</b>	Presidente	<b>Complemento:</b>	
<b>E-mail:</b>	mm.sss@hotmail.com	<b>Data início da</b>	01/01/2021

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° Lei municipal n° 010/2009 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Itacuruba da quantia de R\$ 277.295,27 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos), correspondentes aos valores de aporte de deficit atuarial devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 10/2020 a 11/2020, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Itacuruba confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 277.295,27 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos), será pago em 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 15.405,29 (quinze mil e quatrocentos e cinco reais e vinte e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 15.405,29 (quinze mil e quatrocentos e cinco reais e vinte e nove centavos), vencerá em 30/01/2021 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei n° lei municipal n° 010/2009.

**Parágrafo primeiro** - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00752/2020)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

**Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM**

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

**Cláusula Quinta - DA RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

**Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

**Cláusula Oitava - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Itacuruba - PE / 28/12/2020

Prefeitura Municipal de Itacuruba  
BERNARDO DE MOURA FERRAZ

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba  
ANDREZA FERREIRA BORBA CANTARELLI

**Testemunhas**

POLIANA CARVALHO DE SÁ LEONARDO  
DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA ITACURUBAPREV  
CPF: 055.670.754-05  
RG: 6600241

ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES  
CONTROLADOR INTERNO  
CPF: 072.436.664-42  
RG: 7578149



**DECLARAÇÃO**

BERNARDO DE MOURA FERRAZ, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00752/2020, firmado entre o/a Itacuruba e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba em 28/12/2020, foi publicado em 29/12/2020 no

☒ mural  
( ) jornal \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Diário Oficial do \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Itacuruba, 29/12/2020

  
BERNARDO DE MOURA FERRAZ  
Prefeito

# AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

## Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00752/2020	Data	28/12/2020
Valor consolidado	277.295,27	Valor da prestação inicial	15.405,29
Número prestações	18	Vencimento 1ª prestação	30/01/2021

### DEVEDOR

Ente Federativo	Itacuruba/PE	CNPJ	10.114.502/0001-05
Representante Legal	BERNARDO DE MOURA FERRAZ	CPF	066.569.204-89
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1028-6
		Conta nº	4205-6

### CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba	CNPJ	12.127.391/0001-99
Representante Legal	ANDREZA FERREIRA BORBA CANTARELLI	CPF	024.838.704-90
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1028-6
		Conta nº	26537-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;  
1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Itacuruba/PE - 28/12/2020

### ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	<i>Bernardo de Moura Ferraz</i>
UNIDADE GESTORA	<i>Andreza Ferreira Borba Cantarelli</i>
BANCO DO BRASIL (*)	<i>Priscila Resende Glória</i>

(\*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Priscila Resende  
F 8351347-7  
Gerente Serviços UN



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00752/2020)**

**DEVEDOR**

<b>Ente Federativo/UF:</b>	Itacuruba/PE	<b>CNPJ:</b>	10.114.502/0001-05
<b>Endereço:</b>	Avenida Patriarca Anibal Alves Cantarelli		
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>CEP:</b>	56430-000
<b>Telefone:</b>	(087) 3893-1144	<b>Fax:</b>	
<b>E-mail:</b>	prefeituraitacuruba@gmail.com		
<b>Representante</b>	BERNARDO DE MOURA FERRAZ		
<b>CPF:</b>	066.569.204-89		
<b>Cargo:</b>	Prefeito	<b>Complemento:</b>	
<b>E-mail:</b>	bernardomouraferraz@hotmail.com	<b>Data início da</b>	01/01/2017

**CREDOR**

<b>Unidade Gestora:</b>	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba	<b>CNPJ:</b>	12.127.391/0001-99
<b>Endereço:</b>	Av Patriarca Anibal Alves Cantarelli		
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>CEP:</b>	56430-000
<b>Telefone:</b>	8198144-9339	<b>Fax:</b>	
<b>E-mail:</b>	rpps@itacurubaprev.pe.gov.br		
<b>Representante</b>	ANDREZA FERREIRA BORBA CANTARELLI		
<b>CPF:</b>	024.838.704-90		
<b>Cargo:</b>	Presidente	<b>Complemento:</b>	
<b>E-mail:</b>	mm.sss@hotmail.com	<b>Data início da</b>	01/01/2021

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei municipal nº 010/2009 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Itacuruba da quantia de R\$ 277.295,27 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos), correspondentes aos valores de aporte de deficit atuarial devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 10/2020 a 11/2020, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Itacuruba confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 277.295,27 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos), será pago em 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 15.405,29 (quinze mil e quatrocentos e cinco reais e vinte e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 15.405,29 (quinze mil e quatrocentos e cinco reais e vinte e nove centavos), vencerá em 30/01/2021 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº lei municipal nº 010/2009.

**Parágrafo primeiro** - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00752/2020)

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

**Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM**

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

**Cláusula Quinta - DA RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

**Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

**Cláusula Oitava - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

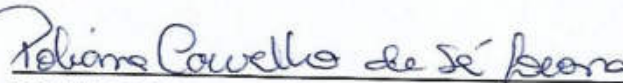
Itacuruba - PE / 28/12/2020

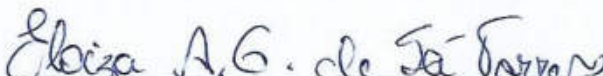


Prefeitura Municipal de Itacuruba  
BERNARDO DE MOURA FERRAZ

  
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba  
ANDREZA FERREIRA BORBA CANTARELLI

**Testemunhas**

  
POLIANA CARVALHO DE SÁ LEONARDO  
DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA ITACURUBAPREV  
CPF: 055.670.754-05  
RG: 6600241

  
ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES  
CONTROLADOR INTERNO  
CPF: 072.436.664-42  
RG: 7578149



**DECLARAÇÃO**

BERNARDO DE MOURA FERRAZ, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00752/2020, firmado entre o/a Itacuruba e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba em 28/12/2020, foi publicado em 29/12/2020 no

☒ mural  
( ) jornal \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Diário Oficial do \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Itacuruba, 29/12/2020

  
BERNARDO DE MOURA FERRAZ  
Prefeito

# AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

## Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00752/2020	Data	28/12/2020
Valor consolidado	277.295,27	Valor da prestação inicial	15.405,29
Número prestações	18	Vencimento 1ª prestação	30/01/2021

### DEVEDOR

Ente Federativo	Itacuruba/PE	CNPJ	10.114.502/0001-05
Representante Legal	BERNARDO DE MOURA FERRAZ	CPF	066.569.204-89
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1028-6
		Conta nº	4205-6

### CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba	CNPJ	12.127.391/0001-99
Representante Legal	ANDREZA FERREIRA BORBA CANTARELLI	CPF	024.838.704-90
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1028-6
		Conta nº	26537-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;  
1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Itacuruba/PE - 28/12/2020

### ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	<i>Bernardo de Moura Ferraz</i>
UNIDADE GESTORA	<i>Andreza Ferreira Borba Cantarelli</i>
BANCO DO BRASIL (*)	<i>Priscila Resende Glória</i>

(\*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Priscila Resende  
F 8351347-7  
Gerente Serviços UN





## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO									
CNPJ: 10.114.502/0001-05		Número do acordo: 00752/2020		Data de consolidação do		28/12/2020			
Ente: Prefeitura Municipal de Itacuruba / PE				Data de assinatura do Termo:		28/12/2020			
Título plano de amortização de deficit atuarial				Data de vencimento da 1ª		30/01/2021			
Lei autorizativa do		Lei municipal nº 010/2009							
2. RESULTADO DA RUBRICA									
Rubrica: aporte de deficit atuarial									
Competência		Inicial: 10/2020		Final: 11/2020		Quantidade de Parcelas:		18	
Diferença		269.271,64		Diferença apurada		277.295,27			
Valor da parcela na data de				15.405,29					
Critérios de atualização para consolidação do									
Índice: INPC		Taxa de juros:		1,00 am		Tipo de juros:		Simples	
						Multa:		2,00 %	
Critérios de atualização das parcelas									
Índice: INPC		Taxa de juros:		1,00 am		Tipo de juros:		Simples	
Critérios de atualização das parcelas									
Índice: INPC		Taxa de juros:		1,00 am		Tipo de juros:		Simples	
						Multa:		2,00 %	
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE)									
COMPETÊNCIA		DIFERENÇA APURADA		ÍNDICE(%)		VARIAÇÃO(%)		ATUALIZAÇÃO	
						JUROS PERC.(%)		JUROS	
								MULTA	
								DIFERENÇA ATUALIZADA	
10/2020		134.635,82		0,89		0,95		1.279,04	
								1.359,15	
								2.692,72	
11/2020		134.635,82		0,95		0,00		0,00	
								2.692,72	
								137.328,54	
TOTAL:		* 269.271,64						1.279,04	
								1.359,15	
								5.385,44	
								277.295,27	




## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Itacuruba / PE - 10.114.502/0001-05  
Representante: 066.569.204-89 - BERNARDO DE MOURA FERRAZ

*Bernardo de Moura Ferraz*

Data: 28/12/2020

Assinatura: 

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itacuruba - 12.127.391/0001-99  
Representante: 024.838.704-90 - ANDREZA FERREIRA BORBA CANTARELLI

Data: 28/12/2020

Assinatura: *Andrezza F. Borba Cantarelli*

### TESTEMUNHAS

*Poliana Carvalho de Sá Leonardo*

Nome: POLIANA CARVALHO DE SÁ LEONARDO  
Cargo: DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA ITACURUBAPREV  
CPF: 055.670.754-05

*Eloiza Alvanira Guedes de Sá Torres*

Nome: ELOIZA ALVANIRA GUEDES DE SÁ TORRES  
Cargo: CONTROLADOR INTERNO  
CPF: 072.436.664-42

8